

Introdução

*Carlos Pinkusfeld Bastos**

*Gustavo Britto***

A escolha do livro *A economia do subdesenvolvimento*, editado por Singh e Agarwala, é quase natural como segunda obra a ser publicada pela série Desenvolvimento e Economia Política.[†] O livro contém boa parte dos textos seminais que acabaram por construir a teoria do desenvolvimento como um campo específico da ciência econômica a partir da década de 1950. A maioria dos trabalhos foi escrita entre 1952 e 1956, com exceção do artigo pioneiro sobre economias com excedente estrutural de mão de obra, de Rosenstein-Rodan, que data de 1943.

Como em toda coletânea, pode-se debater o critério de seleção dos autores. Sempre se deixam de fora textos de reconhecida importância na literatura econômica e se incluem outros que podem ser considerados, segundo alguns critérios, menos relevantes ou que o tempo não alçou à posição de clássicos.

É o caso da contribuição de Raúl Prebisch,^{††} a obra fundadora da reflexão desenvolvimentista na América Latina, que não consta da presente coletânea, apesar de ter sido escrita em 1950.¹ Com exceção de Rosenstein-Rodan, os autores também preferiram não incluir precursores do pensamento desenvolvimentista, como Mandelbaun e Manoilescu.²

Por outro lado, é curioso que um livro que reúne artigos clássicos do pensamento desenvolvimentista da década de 1950 tenha como primeiro capítulo uma contribuição de Norbert Viner, um economista ortodoxo, crítico das políticas de industrialização e defensor do livre comércio como principal força propulsora do desenvolvimento econômico.

* Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

** Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

† A série, editada pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e a Editora Contraponto, foi iniciada em setembro de 2009 com a reedição de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de Celso Furtado. [N.E.]

†† Uma substancial coletânea de textos de Prebisch será publicada brevemente nesta mesma coleção. [N.E.]

A despeito dessas singularidades, o presente volume contém todos os elementos centrais que caracterizam a economia do desenvolvimento em sua versão pioneira. Abordamos nesta Introdução esses conceitos e seus eixos analíticos principais, procurando apresentar como eles aparecem nas contribuições dos autores. Antes dessa análise, fazemos uma breve apresentação da ideia de desenvolvimento no pensamento econômico, bem como das condições históricas que condicionaram o surgimento da teoria do desenvolvimento depois da Segunda Guerra Mundial. A Introdução termina enumerando sucintamente algumas críticas e contribuições teóricas posteriores, de modo a tentar avaliar a relevância atual da contribuição dos pioneiros do pensamento desenvolvimentista.

A teoria do desenvolvimento que surge após a Segunda Guerra Mundial não escapa à regra de outros avanços da teoria econômica. É fruto de seu tempo, das condições sociais e ideológicas que marcam tanto o seu nascimento quanto a forma geral que assume. Esse período se caracteriza por fortes pressões sociais e políticas, nacionais e internacionais, pelo desenvolvimento de países que estavam em estágio de avanço econômico e material inferior aos países mais ricos. A crise do entre guerras e a própria organização da vida econômica nos diversos países enfraqueceram o dogma liberal do século XIX, como veremos em mais detalhes à frente.

Apesar do desenvolvimento econômico só ter se distinguido como uma disciplina, ou campo, da economia depois da Segunda Guerra Mundial, a sua centralidade na reflexão econômica já pode ser encontrada na obra dos mercantilistas. Estudos recentes sobre essa escola do pensamento vêm substituindo a visão tradicional, que relaciona as ideias dos mercantilistas à “falácia de Midas”, por uma leitura na qual se identificam elementos que os aproximam de formulações de política industrial do século XX.³ Esses autores teriam percebido a superioridade da produção de manufaturas sobre a produção de matérias-primas, associando políticas de comércio exterior protecionistas com incentivos à industrialização e à exportação de produtos manufaturados. As ideias dos mercantilistas acabaram por influenciar autores e políticos que desempenharam importante papel no processo de industrialização do século XIX, como Alexander Hamilton e Friedrich List. A partir deste último, considerado o formulador das propostas de proteção à indústria nascente, pode-se falar em uma linha de continuidade com o pensamento heterodoxo contemporâneo.⁴

A escola clássica de pensamento econômico, que se seguiu aos mercantilistas, tinha, segundo Marx, um elemento analítico unificador: o con-

ceito de excedente, fundamental para se determinarem variáveis econômicas como distribuição de renda, preços relativos e acumulação de capital.⁵ Dada uma variável distributiva exógena, a repartição do excedente econômico é determinada junto com o sistema de preços relativos. Tal repartição, por sua vez, é central para se determinar a trajetória da acumulação de capital e do crescimento econômico. Smith e Ricardo, por exemplo, ao assumirem como válida a Lei de Say, relacionam diretamente o lucro com o investimento e, conseqüentemente, com a acumulação de capital. Assim, no componente analítico central da escola clássica fica explícita a preocupação com a questão do desenvolvimento das forças produtivas e sua ligação direta com a teoria da distribuição e dos preços.

Como veremos, essa relação entre excedente econômico, acumulação de capital e crescimento será resgatada pelos autores da teoria do desenvolvimento no século XX como uma alternativa à ortodoxia neoclássica.

Porém, a ênfase na questão da acumulação e, conseqüentemente, do desenvolvimento das forças produtivas — que teve grande destaque desde os primórdios da reflexão econômica — sofreu brusca interrupção com a ascensão da ortodoxia marginalista a partir do final do século XIX. Segundo Meier (1984, p. 3):⁶

Durante um longo intervalo [...] a análise marginalista dos economistas neoclássicos introduziu uma estrutura de pensamento que mudou o interesse para o problema mais restrito da alocação de recursos e da teoria da troca.

Não é surpreendente que o modelo neoclássico de crescimento tenha sido formulado por Solow apenas em 1957 e, mesmo assim, segundo essa formulação, o crescimento na posição de *steady state* tenha continuado a não se relacionar com a acumulação de capital, um dos resultados empíricos de maior robustez na história econômica. Portanto, foi natural que a economia do desenvolvimento, ao nascer, tenha buscado seus fundamentos em uma tradição que já não era dominante no *mainstream* econômico.

O surgimento da teoria do desenvolvimento: contexto sociopolítico e aspectos gerais

Conforme mencionamos, alguns condicionantes sociais, econômicos e políticos se relacionam diretamente com o surgimento da teoria do desenvolvimento. A listagem que se segue não pretende estabelecer uma ordem de

prioridades. Apenas apresenta o conjunto de circunstâncias que contribuíram para o surgimento desse campo do conhecimento econômico.

Um primeiro elemento central foi o próprio fim da era liberal, sob a égide da Inglaterra do século XIX, após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, ou, para usar o título de um texto clássico de Keynes, “o fim do *laissez-faire*”. Os condicionantes geoeconômicos e geopolíticos que geraram a ordem mundial do século XIX se enfraqueceram, e o papel econômico, financeiro e político da Inglaterra foi erodido com a ascensão dos Estados Unidos e da Alemanha no cenário internacional. No final do conflito ainda se tentou retornar à antiga ordem, mas, sem as condicionantes estruturais que lhe sustentavam, a tentativa sucumbiu em meio às crises hiperinflacionárias da década de 1920 e a Grande Depressão de 1929.

Na década de 1930 rompe-se definitivamente o padrão de comércio internacional que, supostamente, estava na base da ordem liberal.⁷ Surge, então, uma estrutura de comércio autárquica, marcada pelo nascimento de blocos de países, e a ideia de um Estado mínimo é substituída pela de um Estado ativo e interventor, com o abandono paulatino da obsessão por “finanças saudáveis”, ou seja, equilíbrio orçamentário. As experiências de intervenção são múltiplas, desde a socialdemocracia escandinava ao nacional-socialismo alemão, passando pelo New Deal americano e pelo período varguista no Brasil. Particularmente no caso dos países primário-exportadores, como o Brasil, a paralisia dos sistemas comerciais e financeiros internacionais e, conseqüentemente, a ruptura forçada da inserção econômica anterior incentivam novos grupos sociais e políticos ligados à produção industrial para o mercado interno, que terão grande relevância na aplicação e difusão das ideias desenvolvimentistas.

Outro fator ocorrido no entre guerras, que teve forte influência sobre o ambiente intelectual do pós-guerra, foi o padrão de intervenção e planejamento econômico da ex-União Soviética. Em pouco tempo esse país desencadeou um processo de industrialização intenso e veloz, com limitada utilização de recursos do exterior, e atingiu uma situação de pleno emprego, enquanto o mundo capitalista vivia o drama da Grande Depressão, e obteve expressivo progresso em educação e saúde, configurando o que se poderia chamar de um caso de crescimento com equidade (Chandra, 2002). Essas políticas de planejamento tiveram forte impacto nas opções adotadas em países como Japão, Índia e Egito, entre outros. É claro que o rápido crescimento da União Soviética fez com que os Estados Unidos “alterassem radicalmente as políticas para seus aliados, de modo a incentivar o desenvolvi-

mento econômico e tornar os eleitorados menos suscetíveis à influência soviética” (Chandra, 2002). Essa influência nos países não socialistas, como veremos, não se resumiu à apresentação de um modelo a ser copiado ou ao impacto dos resultados positivos desse modelo sobre a estratégia internacional norte-americana no contexto da Guerra Fria. No caso da Índia, por exemplo, o apoio soviético à instalação da indústria de aço na década de 1950 fez com que países capitalistas ocidentais revertissem políticas anteriores e passassem a realizar investimentos diretos no mesmo setor nesse país.

A ruptura do padrão de intervenção pública na economia se aprofundou durante a Segunda Guerra Mundial. As economias nacionais passaram a funcionar em situação de esforço de guerra, com alto grau de intervencionismo, conferindo ao planejamento um caráter científico e sistemático.⁸ Na política econômica, tais experiências consolidaram a revolução keynesiana, que começara com a publicação da *Teoria geral* em 1936. Apesar da importância da obra de Keynes para o desenvolvimentismo e, principalmente, de seu reflexo nas políticas econômicas, ao prover bases teóricas para a maior intervenção do Estado na economia, sua influência não foi central para a teoria do desenvolvimento que nasceu na segunda metade do século XX. A obra de Keynes era interpretada, corretamente, como centrada em questões de curto prazo, ou nas flutuações econômicas, e não no desenvolvimento. Mesmo se fosse estendida para o longo prazo não daria conta das questões relevantes para os países subdesenvolvidos.⁹

O movimento de descolonização, ocorrido na Ásia e na África, foi outro elemento de grande importância geopolítica na criação de um clima favorável a teorias e políticas de desenvolvimento econômico. O surgimento de novas nações tornou necessárias políticas específicas para elas. Tal necessidade decorreu de uma postura pró-desenvolvimento que se delineava desde 1941, com a primeira Declaração Aliada, que afirmava: “A única base sólida para a paz é a prosperidade econômica e social de pessoas livres” (Oman e Wignaraja, 1991, p. 2).

A linguagem dessa declaração mostra que desde então se afirma uma estratégia que seria reforçada pelo surgimento da Guerra Fria, na qual, como vimos, os Estados Unidos, para concorrer ideológica e politicamente com a União Soviética, se veem quase compelidos a estimular a elevação do padrão de vida dos países a fim de afastá-los da “tentação” socialista.

Isso aparece claramente na “estratégia Truman”. Em seu discurso de posse, em 1949, ao lado de outras medidas, como o Plano Marshall e o auxílio militar a países que lutavam contra insurreições comunistas, o presidente

norte-americano propõe um inédito e vigoroso programa de apoio ao desenvolvimento de países atrasados, conhecido como Programa Ponto IV.

Uma das expressões explícitas dessa estratégia é o título do mais famoso livro de um dos autores presentes nesta coleção, W. W. Rostow: *Os estágios do crescimento econômico, um manifesto não comunista*. De maneira não incomum entre os economistas do desenvolvimento da época, Rostow dividiu sua atuação entre o trabalho acadêmico e a atividade política, ocupando diversos cargos no governo americano, vários deles ligados à tarefa de propor e executar políticas desenvolvimentistas em diversos países.

Finalmente, embora não explicitamente, um elemento crucial que está por trás da agenda desenvolvimentista do período é a questão da convergência.

Observando o crescimento da economia de uma perspectiva de longo prazo, pode-se observar que o padrão do crescimento da renda *per capita* se altera a partir da expansão do capitalismo industrial no século XIX. Nas palavras de Maddison:

Do ano 1000 a 1820 o movimento ascendente da renda *per capita* se arrastava lentamente — para o mundo como um todo, a elevação foi de cerca de 50%. O crescimento era predominantemente “extensivo”. A maior parte acomodou a quadruplicação da população. Desde 1820 o desenvolvimento mundial tem sido bem mais dinâmico e mais “intensivo”. A renda *per capita* cresceu mais rapidamente que a população; em 1998 a primeira era 8,5 vezes maior que em 1820; nesse período a população cresceu 5,6 vezes. (Maddison, 2001, p. 28)

Esse crescimento “intensivo” foi desigual, pois o crescimento de países e mesmo regiões mundiais ocorreu em velocidades muito distintas, produzindo um distanciamento nas respectivas rendas *per capita*.

Ainda que os dados históricos de produto *per capita* de vários países sejam reconhecidamente precários no século XIX, Maddison (2001) mostra que entre 1820 e 1913 a distância entre as regiões do mundo passa de 3:1 para 9:1. Essa divergência regional acentua-se ainda mais depois da Segunda Guerra Mundial, chegando em 1950 a 15:1 (Maddison, 2001, tabela 3-1b, p. 126).

Partindo da mesma base de dados, mas usando outras técnicas estatísticas, Milanovic afirma:¹⁰

Considerando primeiro o tema da convergência ou divergência entre as rendas dos países, [...] os resultados [...] ilustram o processo da “grande divergência” que começou com o moderno desenvolvimento industrial e

crescimento no Ocidente. Durante o primeiro século de globalização, isto é, entre 1820 e 1913, o conceito 1 de desigualdade dobrou, quando medido pelo índice de Gini, e mais do que triplicou, quando medido pelo de Theil. (Milanovic, 2005, p. 140)

Em resumo, a promessa ricardiana de que a especialização, com a produção industrial circunscrita aos países com vantagens comparativas nessa atividade, e o livre comércio seriam benéficos para todos revelou-se bem mais vantajosa para alguns, constatação que ajudou a enfraquecer a ideologia liberal dominante no século XIX.¹¹

Outro argumento, proposto por Prebisch (1949), sobre as condições históricas da ordem econômica internacional do pós-guerra, também reforçava a ideia de que o livre comércio internacional dificilmente poderia exercer uma força propulsora na economia internacional. No final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos eram uma economia extremamente fechada, ao contrário da Inglaterra no século XIX, mais aberta tanto por causa de sua dotação de recursos naturais como por ter sido nesse século, durante um período restrito, mais livre-cambista que o resto do mundo (Bairoch, 1993, p. 21-24). A natureza estrutural da economia americana, seus recursos naturais e a elevada produção/produtividade agrícola — tudo isso reforçado pelo fato de que na segunda metade da década de 1940 ela havia ultrapassado, de longe, os seus concorrentes em termos de competitividade industrial — não pareciam estimular arranjos dinâmicos e complementares no comércio exterior.

Assim, fatores econômicos, sociais e políticos preparam um campo fértil para o nascimento da teoria do desenvolvimento na década de 1950.

Em relação a aspectos teóricos *stricto sensu*, os artigos que constam nesta coletânea — e, é claro, a teoria do desenvolvimento propriamente dita — apresentam alguns eixos analíticos centrais. Antes, entretanto, vale propor uma questão de ordem geral: até que ponto essa teoria rompe com o paradigma neoclássico, então e até hoje dominante? Implícita ou explicitamente, há muitas vezes uma adesão ao paradigma clássico de acumulação de capital, mas é importante entender o grau de afastamento efetivo entre a teoria do desenvolvimento e o paradigma marginalista dominante.

Lewis considera explicitamente que a abordagem neoclássica é inadequada para a teoria do desenvolvimento. Observa corretamente que a teoria clássica, ao focalizar seu interesse no excedente econômico e na distribuição desse excedente, relacionava diretamente distribuição e processo de acumulação de capital. Além disso, para determinar a distribuição, a teoria

clássica determinava os preços relativos, o que, na visão de Lewis, seria um “subproduto menor”.¹² Referindo-se à teoria neoclássica, diz Lewis:

O interesse pelos preços e pela distribuição da renda sobreviveu, [...] mas a oferta de mão de obra deixou de ser ilimitada e já então não se esperava que o modelo formal de análise econômica explicasse a expansão do sistema no tempo. A mudança de hipóteses e de interesses serviu bem à Europa, onde, efetivamente, havia limitação na oferta de mão de obra, e onde durante o meio século seguinte tinha-se a impressão de que a expansão econômica poderia ser vista como algo automático. Por outro lado, na maior parte da Ásia a oferta de trabalho é ilimitada e a expansão econômica não pode ser considerada garantida. (p. 413 desta edição)

Como a teoria neoclássica do valor e da distribuição baseia-se na escassez, ela pressupõe a existência de escassez do fator mão de obra; em outras palavras, assumida a hipótese de retornos constantes de escala, o mecanismo de substituição gera retornos decrescentes. Esse mecanismo, que determina a trajetória de *steady state* do modelo neoclássico de crescimento, só existe caso a adição de uma nova unidade de capital encontre a mão de obra plenamente empregada. Caso isso não ocorra e exista uma oferta de mão de obra infinitamente elástica, a cada adição de uma unidade de capital, considerando retornos constantes de escala, será possível adicionar mais uma unidade de trabalho, com um crescimento do produto na mesma proporção. Assim, quanto mais se acumula capital, mais o produto cresce, já que há uma fonte ilimitada de trabalho para se combinar com tais adições de capital sem que se verifiquem retornos decrescentes desse fator.¹³

Rostow segue uma linha de argumentação parecida para defender a necessidade de uma teoria do desenvolvimento separada das ortodoxias do momento, tanto a marginalista quanto o consenso macroeconômico keynesiano do pós-guerra. Diz que tais modelos são úteis para as economias maduras, mas não para as subdesenvolvidas:

O grosso da economia teórica moderna, inclusive boa parte do recente trabalho sobre as propriedades formais dos modelos de crescimento, trata dos problemas e vicissitudes de economias em sua terceira fase, a de crescimento (principalmente das flutuações cíclicas, bem como da ameaça de desemprego crônico). (p. 188 desta edição)

Entretanto, ao contrário de Lewis, que apresenta uma razão empírica e teoricamente consistente, seus argumentos são mais históricos.

Furtado, por sua vez, apresenta a ruptura da teoria do desenvolvimento com a ortodoxia marginalista como uma consequência quase natural da

maior importância das análises sobre o ciclo: “A política anticíclica foi evoluindo de medidas elementares de caráter monetário para uma ação coordenada sobre os elementos dinâmicos do sistema econômico.”¹⁴

Os fundadores da teoria do desenvolvimento também criticam a abordagem tradicional quando ela liga o livre comércio e a convergência entre países. Em termos gerais, essa crítica destaca o caráter estático do exame dos custos comparativos, mas existem outras questões referentes ao comércio exterior, de que trataremos depois.¹⁵

Finalmente, outro ponto central que afasta a teoria do desenvolvimento da análise marginalista mais tradicional diz respeito às externalidades, ou à divergência entre a produtividade marginal de um projeto, ou investimento, e sua produtividade marginal social. Antes de abordarmos esses pontos, discutiremos o conceito que justifica a existência de uma teoria do desenvolvimento: o subdesenvolvimento.

O conceito de subdesenvolvimento

O conceito de subdesenvolvimento é a primeira questão importante analisada pelos artigos desta coleção, até mesmo porque essa situação socioeconômica justificaria a criação de uma teoria do desenvolvimento.

Curiosamente, trata-se de uma questão polêmica, inclusive nos artigos que integram este volume, que não é um texto didático, mas sim uma reunião de artigos seminais. Portanto, é natural que não se encontre uma definição única e precisa do termo que dá título ao livro.¹⁶ Tentaremos comparar as formas como o termo é tratado nos vários artigos e proporemos uma definição que, a despeito de suas limitações, auxilie a compreensão do leitor, procurando um mínimo denominador em relação ao objeto central da teoria do desenvolvimento.

Alguns artigos usam de forma intercambiável a expressão “país atrasado” [*backward country*] e “país subdesenvolvido”. Myint distingue subdesenvolvimento dos recursos e atraso das populações. Ao se discutir este último tópico pode-se enveredar por aspectos subjetivos: haveria um desajuste ou descontentamento de uma população em relação à sua realidade material, quando comparada a um padrão de consumo externo. Tal questão envolve elementos que estão fora do escopo desta introdução. Mesmo assim, a questão da “importação” de padrões de consumo é muito importante para a teoria do desenvolvimento; vamos examiná-la quando discutirmos o problema da poupança. Aqui, a despeito do tratamento cuida-

doso que o texto de Myint confere à questão do atraso das populações, manteremos o foco no conceito de subdesenvolvimento.

Como dissemos, o primeiro artigo desta coletânea — que busca precisar o conceito de subdesenvolvimento entre várias propostas alternativas — foi escrito por um autor neoclássico ortodoxo, Norbert Viner. A definição que ele considera mais adequada não é necessariamente aquela que melhor refletiria as linhas gerais da literatura do desenvolvimento. Após descartar algumas possíveis candidatas — ocupação do espaço geográfico, relação entre capitalização e produtividade marginal e relação entre produção e população ocupada na indústria —, Viner opta por uma definição que privilegia o nível de renda *per capita* no país *vis-a-vis* sua dotação de fatores, além do acesso de uma maior parcela da população a um melhor padrão de consumo:

Uma definição mais própria de país subdesenvolvido é a que diz tratar-se de um país que tem boas perspectivas potenciais para usar mais capital e mais mão de obra, ou mais recursos naturais disponíveis, ou as três coisas ao mesmo tempo, a fim de manter sua população atual em um nível de vida mais elevado ou, no caso de seu nível de renda *per capita* já ser elevado, manter uma população maior em um nível de vida não inferior. (p. 48 desta edição)

Com base nesta definição, ele afirma:

Um país pode ser subdesenvolvido, quer seja densa ou escassamente povoado; quer seja rico ou pobre em capital; quer seja um país de elevada ou baixa renda *per capita*; quer seja industrializado ou agrícola. (idem)

Assim, esse autor se afasta de praticamente todas as questões mais cruciais discutidas pela teoria do desenvolvimento, ou, mais especificamente, das condições de certos países que ele caracterizaria como subdesenvolvidos, cuja existência torna necessária essa teoria. Descontada a questão da ocupação do território, os outros elementos apresentados por Viner como irrelevantes são centrais para a discussão do desenvolvimento: a acumulação de capital e a industrialização, que levariam aos ganhos de produtividade e crescimento da renda *per capita* numa velocidade tal que permitiria a aproximação relativa [*catch up*] em face dos países mais desenvolvidos.¹⁷

Kuznets relaciona o conceito de subdesenvolvimento ao “fracasso em proporcionar níveis de vida aceitáveis a uma grande proporção da população de um país, resultando em miséria e privações materiais”. Embora sua definição não tenha referência direta com a questão do *catch up*, pois apre-

senta as privações materiais de boa parte das populações dos países subdesenvolvidos em termos absolutos, há indiretamente uma comparação com o padrão de vida das populações dos países desenvolvidos:

Os países adiantados, cujo desempenho *alcançado* permite medir o atraso econômico, são uma demonstração inegável de que são atingíveis níveis econômicos superiores, e não somente potencialidades entrevistas de maneira obscura pelo acervo de conhecimento. A tensão nos países subdesenvolvidos é gerada pelo conhecimento dos sucessos em outras partes do mundo. (p. 164 desta edição)

Kuznets reconhece explicitamente que, naquele momento histórico, essa polarização criava tensões socioeconômicas e político-militares. Lembra que nos países onde o padrão de vida é “adequado, ainda que não realizado todo o potencial tecnológico — como nos países desenvolvidos —, nenhum problema sério surge”. Em relação aos demais, afirma:

[O] sucesso econômico confere poder que pode ser usado para a agressão, manifesta ou encoberta. Por isso, os países que se distanciam de outros no sucesso econômico podem tornar-se incapazes de se defender contra a agressão, real ou temida, dos países mais avançados. (idem)

Nessa definição de Kuznets, variáveis como acumulação de capital, renda *per capita* e industrialização são elementos centrais, mas o conceito apresenta um caráter descritivo, estatístico, despido de uma caracterização que possa aproximá-lo mais diretamente das reflexões teóricas da teoria do desenvolvimento.

Assim, o critério de definição, incorporando a ideia do *catch up*, deve seguir um elemento central da reflexão da teoria do desenvolvimento; a existência de uma economia com heterogeneidade estrutural, ou seja, composta de um setor moderno mais capitalizado e um setor dominado pela produção para subsistência, com baixa produtividade e excedente estrutural de mão de obra. Muitas contribuições com inspiração nesse esquema central lewisiano identificam o setor moderno com indústria e o atrasado com agricultura. Não são fiéis às ideias de seu formulador.¹⁸ Mesmo assim, não há dúvida de que uma característica estrutural de economias subdesenvolvidas é a presença de uma proporção muito elevada da população economicamente ativa na agricultura, sem que esse setor participe na mesma proporção no produto agregado.¹⁹ Esta citação de Singer deixa claro que o processo de desenvolvimento deve produzir uma mudança estrutural na economia:

Para esse grupo, desenvolvimento econômico significará uma modificação estrutural. A proporção da população na agricultura terá de cair, e o setor não agrícola deverá expandir-se. Deve-se notar que para os nossos propósitos é irrelevante que essa modificação estrutural seja considerada como “finalidade” ou “objetivo” do desenvolvimento econômico ou como consequência dele. Quer iniciemos pela industrialização, pelo desenvolvimento agrícola ou de qualquer outra maneira, a elevação dos níveis de renda terá de ser acompanhada por uma correspondente alteração estrutural, com diminuição relativa do setor agrícola. (p. 398 desta edição)

Elementos analíticos centrais da teoria do desenvolvimento

O papel da poupança. Um ponto sobre o qual há pouquíssima divergência entre os principais formuladores da teoria do desenvolvimento — os autores presentes neste livro dão uma boa amostra disso — é a centralidade da questão da poupança. Isso não deve surpreender, já que decorre diretamente da opção teórica de retorno ao pensamento clássico, no qual a velocidade da acumulação, ao contrário do modelo canônico neoclássico, se relaciona diretamente com a capacidade de poupar ou com a parcela do excedente que não é consumida (no caso dos clássicos, especialmente em Ricardo, a parcela do produto depois de descontada aquela destinada ao salário de subsistência e à renda dos proprietários de terra). A centralidade da poupança pode, entretanto, ser mais bem compreendida se estudada segundo alguns cortes analíticos particulares, ainda que na literatura em geral, bem como nos artigos aqui reunidos, estejam, implícita ou explicitamente, interconectados.

O primeiro conjunto de questões diz respeito à fronteira de ruptura com o subdesenvolvimento e à suposta carência de poupança que caracterizaria as economias subdesenvolvidas. Nesse ponto é importante diferenciar uma questão quase física de outra mais teórica. A questão física se refere a casos de países tão pobres, ou com rendas *per capita* tão baixas, que, independentemente da fração da renda poupada, ainda assim o montante absoluto de recursos dedicados à compra de bens de capital seria insuficiente diante do valor unitário mínimo destes. Meier, por exemplo, parece referir-se a esse caso ao dizer que para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, “a acumulação de capital era necessária. Mas o baixo nível de renda real mantinha baixo o nível de poupança interna”. Furtado é mais específico, ou descreve um quadro mais bem definido ao se referir a economias “muito atrasadas [...] [em] que 80% ou mais da população ativa trabalha para satisfazer as necessidades de alimentação ou vestuário da coletividade.” Ele

prossegue: “Em um nível tão baixo de produtividade é difícil que tenha origem dentro da comunidade um processo de acumulação de capital.”

No texto de Furtado não há exemplos específicos de casos como esse, mas poderíamos pensar em países muito pobres da África ou, à época, da Ásia, que para iniciar seu desenvolvimento teriam de contar com o auxílio da comunidade internacional.

A questão teórica mais genérica e que está presente em praticamente todos os textos deste volume refere-se à importância da elevação da poupança como proporção da renda ou de uma escassez de poupança perante as necessidades do desenvolvimento. Uma citação de Lewis, que também é usada no artigo de Rostow, define bem a importância da poupança na teoria do desenvolvimento:

O problema central da teoria do desenvolvimento econômico é a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente poupava ou investia 4% ou 5% de sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se em uma economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12% ou 15% da renda nacional, ou mais. Este é o problema central, pois a questão principal do desenvolvimento econômico é a rápida acumulação de capital (incluindo aí os conhecimentos e habilidades junto com o capital). Não se pode explicar nenhuma revolução “industrial” (como o pretendiam alguns historiadores econômicos) enquanto não se puder explicar por que a poupança aumentou em relação à renda nacional. (p. 419 desta edição)

Em sua descrição, um tanto esquemática, das fases do desenvolvimento, o próprio Rostow as associa a proporções da poupança na renda. Uma proporção abaixo de 5% caracterizaria países em fase pré-decolagem; a decolagem só ocorreria quando a economia rompesse essa barreira. Um crescimento sustentado exigiria taxas de poupança de, pelo menos, 10%. A despeito de seu tão criticado esquematismo, Rostow lembra que, em economias de enclave, a taxa de poupança pode chegar a valores elevados sem que as outras condições para a decolagem sejam cumpridas.

Rostow estava preocupado com a relação entre poupança e decolagem. Uma vez alcançado um limite mínimo e tendo um país decolado para a industrialização e o desenvolvimento, alcançar-se-ia uma velocidade de cruzeiro de crescimento, ou “um período prolongado no qual o crescimento se torna normal e relativamente automático”.

A maioria dos autores deste volume, entretanto, apresenta um tratamento mais complexo e dinâmico para a “carência de poupança”, enfatizando que no processo de desenvolvimento econômico surge uma oposição

quase natural, ou inevitável, entre consumo e poupança e, conseqüentemente, entre consumo e crescimento. Mesmo que o círculo vicioso inicial fosse rompido (descontada a questão das externalidades, discutida adiante) e que para tal existisse o essencial auxílio do capital externo, o processo de desenvolvimento poderia ser prejudicado pelo surgimento de um *trade off* entre consumo e poupança.

Essa oposição aparece bem formulada na contribuição de Nurkse. Esse autor estende a sugestão de Duesenbery,²⁰ que se refere a uma economia doméstica, ao contexto do estudo do desenvolvimento por meio do “efeito demonstração” sobre o consumo.²¹ Esse debate teve origem nos “surpreendentes” resultados dos estudos de Kuznets sobre a propensão a poupar no após-guerra, que refutavam empiricamente a hipótese keynesiana de que a propensão a poupar aumentaria com o crescimento da renda da sociedade. O crescimento da renda dos mais pobres não aumentaria sua propensão a poupar, pois estes estariam sob a influência de padrões de consumo mais sofisticados. Em consequência, não se elevaria a propensão a poupar agregada da economia.

A partir dessa constatação empírica e de sua interpretação teórica correspondente, Nurkse afirma que a tendência quase inevitável de disseminação de padrões mais sofisticados, à medida que ocorresse o processo de desenvolvimento, acabaria por criar problemas de restrição de poupança:

No plano internacional, o contato com padrões de consumo superiores dá asas à imaginação, criando novas necessidades. O principal exemplo desse efeito é, na atualidade, a ampla imitação dos padrões de consumo americanos. [...] Em geral, essa imitação exige fundos de investimento. A tentação de copiar os padrões de consumo americanos tende a limitar a oferta de fundos de investimento. (p. 285 desta edição)

Furtado destaca a convergência entre o trabalho de Nurske e a reflexão originária da Cepal. “A importância da contribuição do professor Nurkse nessa matéria deve-se a que ele deu maior generalidade ao fenômeno, colocando-o em uma teoria geral do comportamento do consumidor.”

A versão cepalina originária que associa o problema da falta de poupança ao consumo de luxo, ou conspícuo, pode ser encontrada também em Baran:²²

[A] propensão [dos prósperos homens de negócios] a poupar e expandir suas empresas é, frequentemente, freada pelo desejo imperativo de imitar os hábitos das “famílias tradicionais” socialmente dominantes e de provar,

pelo consumo conspícuo nos confortos da vida luxuosa, que não são socialmente (e, portanto, politicamente) inferiores aos seus pares aristocratas da coligação dominante. (p. 113 desta edição)

Vale ressaltar uma importante contribuição de Myint para questões mais gerais sobre a carência de poupança. Ele distingue explicitamente, em termos analíticos, as questões do financiamento e da poupança, separando a inexistência de uma parcela da renda não consumida e a geração dos fluxos financeiros demandados pelos investidores:

Vemos, frequentemente, que os altos riscos e as dificuldades em encontrar saídas adequadas para os fundos líquidos podem ser mais importantes que a escassez genérica de poupança. [...] É difícil afirmar que se verifique uma escassez geral de poupança na economia atrasada como um todo. [...] Refere-nos ao problema da organização e distribuição do crédito como separado do problema do aumento da oferta total de poupança [...]. [Assim,] pode-se verificar também que o “gargalo” real pode ser, frequentemente, encontrado mais nas dificuldades em organizar a distribuição do crédito e em encontrar aplicações adequadas para a poupança existente que na escassez geral de poupança. Isso também pode ser visto pelo fato de que, mesmo havendo consideráveis quantidades de poupança interna, ela é usada normalmente para o empréstimo à base de hipotecas territoriais e de joias, pois isso traz aos poupadores uma taxa de retorno muito mais elevada do que qualquer outro tipo de investimento “produtivo” ao seu alcance. (p. 152 desta edição)

Raramente se encontra tal clareza na literatura tradicional do desenvolvimento, aí incluída a latino-americana. Algumas vezes o problema do financiamento é usado no sentido de falta de poupança e não de limitações do sistema de crédito.²³

Supondo a existência de uma efetiva carência de poupança, quais seriam as consequências para o desenvolvimento econômico? Como essa carência se revelaria em alguns textos clássicos que apresentamos aqui?

A consequência lógica seria um arrefecimento, ou limitação, do próprio crescimento. Este é o sentido geral que aparece nos artigos que enfatizam a existência de baixas taxas de poupança: um bloqueio à industrialização. Entretanto, nesses artigos nos quais se supõe um *trade off* entre acumulação e aumento do consumo, o problema da escassez de poupança tem como consequência inflação e/ou deficit externo, os quais poderiam ter efeitos indiretos sobre o processo de acumulação.²⁴

De um ponto de vista estritamente lógico, o impacto inflacionário do excesso de demanda, ou de uma demanda por recursos não consumidos

acima da poupança potencial de plena capacidade, só ocorreria a partir do momento em que tal excesso não pudesse ser coberto pelo aumento das importações. Deve-se notar que em um contexto de excesso estrutural de mão de obra não faz sentido considerar-se a hipótese neoclássica usual, expressa modernamente no instrumental da curva de Phillips, em que a pressão de demanda no mercado de trabalho gera um processo inflacionário persistente.

Mas, na prática, a definição de Nurkse — segundo a qual ambos os impactos do excesso de demanda acabam por ocorrer simultaneamente — parece refletir os fatos estilizados que os autores pretendiam explicar:

As nações mais pobres, em contato com as mais ricas, sentem-se continuamente impelidas a manter suas rendas e gastos monetários acima do que sua própria capacidade de produção lhes permite. O resultado é uma tendência inflacionária interna e uma persistente tendência ao desequilíbrio no balanço de pagamentos. (p. 286 desta edição)

Assim, os autores que destacam a escassez de poupança para explicar a inflação e o desequilíbrio externo aceitam um arcabouço teórico que pressupõe a Lei de Say. Essa escolha teórica, que já destacamos, é uma característica da teoria do desenvolvimento.

Outros autores, como Rao, destacam a existência de imperfeições de ordem histórico-estrutural para rejeitar a abordagem keynesiana do multiplicador no caso da Índia. Tal rejeição deve-se ao fato de que nesse país a oferta — mais especificamente, a oferta de alimentos — seria inelástica no curto prazo. Em alguns casos, tal inelasticidade poderia ter um efeito inverso: como os produtores de cereais são ao mesmo tempo consumidores, a elevação da renda destes poderia reduzir a oferta. Mesmo nos setores de bens de consumo industrializados não seria possível ampliar a produção no curto prazo, sugerindo uma filiação teórica da análise à questão da poupança forçada presente em alguns autores ligados à tradição de Cambridge.²⁵

Esse tipo de abordagem sobre a inelasticidade da oferta, que também encontramos na contribuição de Eckaus, que se refere a “restrições monopolistas”, terá grande importância na análise da inflação estrutural na tradição cepalina.²⁶

A maioria dos autores segue a visão tradicional que relaciona diretamente a existência de um deficit externo, ou a necessidade de poupança externa, a uma carência de poupança interna. Mas há contribuições que, embora de forma imprecisa, avançam na direção de considerar a restri-

ção externa, e não a de poupança, como fundamental no desenvolvimento econômico.

Bruton, por exemplo, ao supor que a propensão média a importar cresceria com o desenvolvimento econômico, afirma que “se isso for verdadeiro [...] a disponibilidade de divisas estrangeiras impõe um teto ao crescimento da renda”. O mesmo autor associa essa hipótese com a diferença de elasticidade-renda de exportações e importações de países como um fator que, *coeteris paribus*, explicaria a crescente divergência entre rendas *per capita* de países mais e menos industrializados.²⁷ Bruton é bastante explícito ao afastar a limitação da restrição de poupança, afirmando que, mesmo crescendo, a poupança não será suficiente para garantir a taxa de crescimento desejada, se a capacidade de importar não crescer na mesma proporção.

Como corolário dessas observações, Bruton apresenta uma argumentação que sintetiza de forma precisa a necessidade de industrialização, com mudança da estrutura produtiva e da pauta de comércio exterior para garantir o desenvolvimento econômico:

Uma renda crescente de “S” [isto é, um país subdesenvolvido] que resultasse em poupança maior não seria condição suficiente para superar esse problema [isto é, a necessidade crescente de importação de bens de capital]. Mesmo chegando o país subdesenvolvido a contar com excedente de poupança interna e a ser capaz de emprestar para o exterior, a natureza da demanda de suas exportações impedirá que isso se dê. Os países desenvolvidos podem comprar todas as suas importações; o país “S” continuará limitado por sua capacidade de importar. A fim de seguirmos a sequência de desenvolvimento [...] o país subdesenvolvido moderno terá não só de aumentar a sua renda *per capita*, mas também de alterar as condições tecnológicas. [...] Se o que se quer é que a taxa de crescimento dos países subdesenvolvidos se aproxime da dos países mais desenvolvidos, será necessária alguma transformação importante nos parâmetros tecnológicos e comportamentais que definem a função das importações. Isso significa, essencialmente, que o teto imposto à taxa de crescimento da renda pela disponibilidade de divisas estrangeiras deve ser elevado acima daquele definido pela taxa limitada de poupança. (p. 257 desta edição)

A interessante análise de Bruton muda o foco da restrição de poupança para a restrição de capacidade de importar, em uma linha que antecipa elementos que depois seriam formalizados nos modelos de dois hiatos. Entretanto, ao contrário desses modelos, Bruton define a poupança potencial máxima relacionando-a ao pleno emprego da mão de obra e não

à plena utilização da capacidade instalada, o que enfraquece o argumento, afastando-o de uma análise heterodoxa, não neoclássica.

Em um nível bem menos geral e teórico, Chenery, que anos depois formularia o modelo dos dois hiatos,²⁸ em uma contribuição aplicada, voltada para a escolha de setores a serem implantados em uma economia subdesenvolvida, acaba por chegar a conclusões semelhantes, antecipando, de certa forma, suas contribuições posteriores.

O critério para se implantar ou não um setor baseia-se no cálculo de custos com preços-sombra que permitiria a compatibilidade entre custos internos e externos — e a economicidade ou não da implantação de um novo setor ou indústria —, já considerado nessa avaliação algum valor dado de financiamento externo:

O preço ótimo ou de equilíbrio das divisas estrangeiras é determinado pela capacidade da área em manter um excedente de importações sobre as exportações, mediante empréstimos ou subsídios externos. [...] Visto que o preço de equilíbrio das divisas estrangeiras determina os limites a que deveria ser levado o investimento em cada um dos setores em que a exportação e a importação são possíveis, ele se torna o parâmetro mais importante na formulação de um programa de desenvolvimento. Se, por exemplo, um valor muito baixo é usado, o deficit comercial será maior do que o que se pode financiar, e deverão ser adotadas medidas de emergência para estimular as exportações ou reduzir as importações. (p. 476 desta edição)

O comércio exterior. Um tópico em que o presente volume apresenta notável limitação, em se tratando de uma coletânea de clássicos da literatura do desenvolvimento da década de 1950, é a questão do comércio exterior. As políticas e práticas desenvolvimentistas, que expressavam a formulação intelectual do período, contemplavam uma estratégia protecionista em relação às importações. Correto ou não, o termo consagrado para a industrialização acelerada da época foi “processo de substituição de importações”, o que implicava prover proteção a setores específicos, por barreiras quantitativas e/ou tarifárias.²⁹

Na tradição desenvolvimentista latino-americana, esse ponto é central nas contribuições de Raúl Prebisch (1949), que, como já destacamos no início deste texto, é uma das grandes ausências nesta coletânea. Outro autor central para a crítica às vantagens do livre comércio, H. W. Singer, contribui aqui com um texto que não é o seu clássico artigo de 1950 (ver Singer, 1950). De resto, como já assinalamos, esta coletânea começa com um artigo de Viner, um dos mais importantes autores liberais do período, ardoroso defen-

sor da teoria das vantagens comparativas e crítico da chamada “hipótese Prebisch-Singer” de deterioração dos termos de troca (ver Viner, 1953).

Mesmo autores que são seminais para o pensamento desenvolvimentista não ortodoxo, como Nurkse, reconhecem que “a doutrina da vantagem comparativa é, a meu ver, resposta efetiva às formulações mais simples da teoria da produtividade e da escassez de dólares”. Mesmo sendo plenamente respeitados “os princípios dos custos comparativos”, ele considera que existiria uma tendência ao desequilíbrio externo por causa da pressão que a busca do padrão de vida de países mais ricos exerce sobre os países subdesenvolvidos.

As diferenças entre os níveis de vida, quando muito amplas e conhecidas, exercem uma pressão que eleva a propensão ao consumo nos países mais pobres. De acordo com o pensamento clássico, a falta de equilíbrio no comércio internacional só perdura porque alguns países tentam viver “acima de suas possibilidades”. Temos agora uma explicação simples para o fato de que alguns países persistem em viver acima de suas possibilidades. (p. 287 desta edição)

Apesar dessa limitação que a seleção de textos por Agarwalla e Singh impõe a esta coletânea, podemos observar em Bruton a formulação de um esquema de diferença das elasticidades-renda do comércio exterior que é central ao pensamento cepalino.

Também muito importante é a contribuição do modelo de economia aberta de Lewis, que apresenta uma explicação consistente para a tendência à deterioração dos termos de troca dos produtos tropicais. Sua explicação enfatiza o nível de produtividade do setor de subsistência de cada economia, ou de produção de alimentos, e não o de produtividade dos setores exportadores. Assim, qualquer ganho real de termos de troca só se realizaria caso houvesse um ganho de produtividade no setor de produção de alimentos, o que elevaria o salário dos trabalhadores. Para Lewis essa era a

[...] chave do problema, o motivo pelo qual os produtos tropicais são tão baratos. [...] Por mais produtiva que a indústria açucareira se torne, os beneficiados com isso serão principalmente os compradores industriais, por meio de preços mais baixos do açúcar. (p. 454 desta edição)

Essa teoria da deterioração dos termos de troca é desenvolvida de forma muito clara e simplificada em Lewis (1978). Na presente coletânea, além desse tópico, Lewis prossegue a análise de economias abertas examinando, consistentemente com sua premissa crítica central, a teoria das vantagens comparativas em economias com excedente estrutural de mão de obra.

O papel das externalidades. Como mencionado antes, um dos principais pontos de ruptura da teoria do desenvolvimento em relação à análise marginalista de seu tempo é o papel central atribuído às externalidades na determinação do atraso econômico.

Esse conceito é uma das pedras fundamentais da economia do subdesenvolvimento como uma disciplina isolada. Em consequência, as externalidades estão intimamente ligadas aos argumentos a favor da intervenção no sistema econômico.

Um primeiro grupo de artigos propõe a coordenação de grandes projetos de investimento (*big push*), em contraposição ao gradualismo da teoria marginalista e ao não intervencionismo que daí decorre. Nesses trabalhos, a justificativa fundamental para a intervenção no sistema econômico é a divergência entre o retorno privado e o retorno social do investimento, que impede o desenvolvimento dos países atrasados.

Um dos autores pioneiros nessa linha é Rosenstein-Rodan, que ressaltou as limitações que a dimensão do mercado impõe ao desenvolvimento econômico. Ele argumenta que o desenvolvimento industrial depende do tamanho ótimo das indústrias. Dados os conhecimentos técnicos e os riscos econômicos e políticos, processos de desenvolvimento gradual são impossíveis.

Para o autor, mais importante é a existência de três indivisibilidades que dão origem a economias externas: (a) do lado da oferta, indivisibilidades da função de produção, particularmente do capital social; este deve preceder o investimento produtivo, criando necessariamente capacidade ociosa; (b) indivisibilidades da demanda, ligando-se à ideia de que as decisões de investimento são interdependentes, o que oferece risco a um investidor individual; nesse ponto, Rosenstein-Rodan cita o exemplo da fábrica de sapatos que não pode gerar sozinha um mercado consumidor; (c) indivisibilidades da oferta de poupança.

Essas indivisibilidades fazem com que o nível e a composição setorial do investimento privado sejam bastante diferentes daqueles que seriam socialmente desejáveis. Assim, a ação governamental para promover o desenvolvimento justifica-se pelo alto retorno social de um conjunto de investimentos, em contraposição a subconjuntos de projetos privados de investimento. Além disso, a ação governamental serve para reduzir o risco privado, ao explorar a complementaridade da demanda de diferentes setores. Finalmente, a intervenção serve como um fator psicológico que influencia o investimento privado.

A visão de Rosenstein-Rodan sobre as externalidades criadas pela complementaridade do investimento aparece em um exemplo que se tornou clássico, a fábrica de sapatos:

Admitamos que 20 mil trabalhadores desempregados da Europa Oriental são retirados do campo e transferidos para trabalhar em uma grande fábrica de sapatos. Recebem salários consideravelmente superiores à escassa renda *in natura* de que dispunham anteriormente. [...] Se esses trabalhadores gastassem todo o salário em sapatos, surgiria um mercado para os produtos de sua empresa [...]. A dificuldade é que os trabalhadores não vão gastar todo o salário na compra de sapatos. Se, ao contrário, 1 milhão de trabalhadores desempregados fossem retirados do campo e colocados não em uma indústria, mas em toda uma série de indústrias que produziriam o grosso dos produtos em cuja compra eles gastariam seus salários, o que não valia para uma fábrica de sapatos seria válido no caso de um sistema de indústrias: seria criado o seu próprio mercado adicional, ocorrendo assim uma expansão da produção mundial com um mínimo de perturbação do mercado internacional. [...] A criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco de insuficiência da procura e, como o risco pode ser considerado um custo, reduziria os custos. Nesse sentido, é um caso especial de “economias externas”. (p. 268 desta edição)

Seguindo as ideias de Rosenstein-Rodan, Nurkse defende a coordenação de investimentos como condição para o desenvolvimento econômico. Para o autor, a noção de externalidades também está intimamente ligada ao subdesenvolvimento e à sua superação. O subdesenvolvimento caracteriza-se por dois círculos viciosos. Por um lado, nos países atrasados a baixa renda deve-se à baixa produtividade, determinada pela escassez de capital. Esta, por sua vez, explica-se pela baixa capacidade de investir, derivada da baixa poupança, decorrente do baixo nível de renda, ou seja, da limitada dimensão do mercado. Contudo, o tamanho do mercado depende crucialmente da produtividade, que é função do uso de capital, que é determinado, no nível do empresário individual, pelo tamanho do mercado. Assim como Rosenstein-Rodan, a coordenação dos investimentos em setores produtores para o consumo de massa gera demanda interna suficiente para se deslançar um processo agregado de investimento, quebrando o ciclo vicioso caracterizado pelo menor retorno individual do investimento *vis-à-vis* seu retorno social.

Segundo Fleming, as doutrinas do crescimento balanceado de Rosenstein-Rodan e de Nurkse propõem, na realidade, um processo de industrialização com a introdução de plantas de grande escala em setores com retornos crescentes que produzam para o mercado doméstico. A redução do

preço desses produtos, em virtude dos ganhos de escala, eleva a renda real e, assim, a demanda desses setores. Dessa forma, isto é, por meio da coordenação de vários projetos, decisões de investimento que isoladamente nunca seriam implementadas, por não serem rentáveis, tornam-se economicamente viáveis.

Fleming critica a concentração dos investimentos na produção de bens de consumo. Essa concentração “horizontal” ignora os ganhos da integração vertical da produção, particularmente quando se consideram bens de capital e bens intermediários. De certa forma, para Fleming a doutrina não é balanceada o suficiente, pois ele considera muito mais favorável a transmissão vertical das economias de escala. Uma importante contribuição de Fleming é a distinção entre as externalidades verticais e as ditas horizontais:

As possibilidades de que a introdução de uma produção mais eficiente em grande escala em uma indústria de bens de consumo gere economias em outra indústria desse tipo são ampliadas aqui por causa de economias geradas em uma fase anterior da produção. O último tipo de economias externas ou “verticais” naturalmente elevará a renda nacional real da mesma maneira que o primeiro tipo, ou seja, “horizontal”. É provável que, em magnitude, sejam as mais importantes entre os dois tipos. Além disso, a geração vertical de economias atua não somente das últimas para as primeiras fases de produção, mas também, e mais provavelmente, das primeiras para as últimas. Assim, a expansão do produto em uma indústria de bens de produção, sempre que implique um incremento do produto líquido, tenderá a promover aumento da lucratividade em outras indústrias em geral, estimulando economias nas indústrias que atuarem com rendimentos crescentes. (p. 304 desta edição)

A contribuição de Scitovsky se dá no sentido de sistematizar os conceitos de externalidades usados por Rosentein-Rodan e Nurkse. Segundo o autor, as externalidades pecuniárias têm origem em duas características do investimento: em primeiro lugar, a existência de indivisibilidades, associadas ao uso de bens de capital, criando um hiato entre custo marginal e preço, já que a produção pode exceder ou ficar aquém do nível ótimo. Em segundo lugar, cria-se esse tipo específico de externalidades porque o investimento necessita de informações relacionadas às condições futuras de um sistema econômico. Como o sistema de preços só reflete as situações correntes de oferta e demanda, surge a necessidade de se criar um mecanismo adicional de sinalização e transmissão de informações. A combinação desses dois mecanismos, segundo Scitovsky, leva à divergência entre os retornos privado e social do investimento:

Numa economia na qual as decisões econômicas são descentralizadas, necessita-se de um sistema de comunicações para permitir que todas as pessoas que sigam essas decisões conheçam as decisões dos demais e coordenem as suas com as outras. Na economia de mercado, os preços são o sinal que informa aos demais as decisões econômicas. [...] No entanto, os preços de mercado refletem a situação tal como ela é, e não como será no futuro. [...] Assim, a coordenação adequada às decisões de investimento necessitaria de um dispositivo que transmitisse informações sobre os planos presentes e sobre as condições futuras, de acordo com as suposições de tais planos no presente. O sistema de preços não consegue atingir esse fim. Daí a ideia de que falta um planejamento centralizado do investimento ou algum sistema de comunicação adicional que suplemente o sistema de preços como dispositivo de sinalização. (p. 324 desta edição)

Os capítulos deste livro destacam a importância das externalidades como elemento central das teorias do desenvolvimento econômico. A ideia mereceu a análise de outros autores. Como uma resposta à doutrina do desenvolvimento equilibrado, a obra de Hirschman (1958) oferece a doutrina do desenvolvimento desequilibrado. Para ele, ao contrário de Rosenstein-Rodan, o processo de desenvolvimento consiste em criar deliberadamente desequilíbrios que amplifiquem as externalidades criadas por projetos de investimento complementares, as quais ele chama de poder indutor do investimento. O autor propõe que os encadeamentos setoriais, para a frente e para trás, devem ser considerados na escolha criteriosa da sequência dos investimentos em países subdesenvolvidos.

Seja no nível das unidades produtivas, dos setores ou da economia como um todo, a existência de externalidades relacionadas a indivisibilidades e complementaridades entre setores e projetos de investimento está associada à existência de retornos crescentes de escala no setor industrial. O papel dos retornos crescentes como motor de processos cumulativos, presentes em Rosenstein-Rodan, Nurkse e Hirschman (especialmente aqueles internos à firma), foi ressaltado também por Myrdal (1957), que elevou a causalidade cumulativa à categoria de método analítico para as ciências humanas e sociais.

Contrarrevolução neoclássica e formalização dos retornos crescentes

A partir de meados da década de 1960, a teoria do desenvolvimento começa a sofrer os primeiros ataques, vindos de diversas fontes. Em geral, esse movimento corresponde à ascensão do monetarismo, em contraposição ao

intervencionismo keynesiano, tanto na academia quanto nas instituições multilaterais, como Banco Mundial e FMI. Mesmo dentro do pensamento desenvolvimentista começa a surgir um revisionismo crítico.

Autores heterodoxos e desenvolvimentistas começam a questionar na década de 1960 os resultados econômicos e sociais esperados a partir das teorias e práticas propostas na década anterior. Basicamente, questiona-se a validade da hipótese do *trickle down*, ou gotejamento dos frutos do progresso material resultante das políticas de industrialização forçada e acelerada. Essas questões foram levantadas a partir da análise de dados sobre emprego, distribuição de renda e pobreza. Segundo Oman e Wignaraja, essa reflexão criticava a

[...] tendência a concentrar [o foco] em crescimento e na diminuição da distância entre países ricos e pobres, enquanto se dava pouca atenção à pobreza, à qualidade de vida e à redução da distância entre pobres e ricos nos países em desenvolvimento. A literatura reformista destaca políticas que os próprios países em desenvolvimento deveriam perseguir para erradicar a pobreza e a desigualdade que afetam uma proporção tão ampla de suas populações.

Sir H. W. Singer, um autor central na teoria do desenvolvimento, levanta a questão de como combinar a implantação de modernos setores industriais, que geravam pouco emprego, e altas taxas de crescimento das populações, levavam a grande ocupação em atividades marginais (Singer, 1970). Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Furtado (1962) apresenta uma tese semelhante, sublinhando os efeitos que esse tipo de industrialização teria sobre a estrutura de emprego e o padrão de consumo; a tendência à elevação da relação capital-produto acabava por diminuir a própria taxa de crescimento econômico.

Um segundo ataque veio da contrarrevolução neoclássica, baseada solidamente na noção de função de produção do modelo de crescimento Solow-Swan (artigos de 1956), que partia da negação das diferenças estruturais dos países e indicava a necessidade de estudar o desenvolvimento como disciplina isolada.

Admitindo-se retornos constantes de escala e rendimentos marginais decrescentes de fatores livremente móveis, as recomendações de política passaram por uma completa revisão. Instrumentos largamente usados nas décadas anteriores passaram a ser identificados como causa do atraso econômico e da crise enfrentada por vários países subdesenvolvidos a partir

da década de 1970. Começa a surgir um consenso ortodoxo em torno da necessidade de reformas liberais como condição necessária e suficiente para permitir que a renda *per capita* dos países em desenvolvimento convergisse em direção àquela dos países desenvolvidos.³⁰

O modelo canônico de Solow, como vimos, produz resultados altamente problemáticos em seu objetivo de explicar o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. Por um lado, não associa crescimento e acumulação, um fato estilizado, como vimos, de solidez incontestada. Por outro, tinha em fatos não explicados pelo modelo, ou no chamado “resíduo de Solow”, uma contribuição às vezes superior à dos seus componentes explicativos explícitos, capital e trabalho. Essas críticas não passaram despercebidas no *mainstream* econômico. Em particular, duas correntes surgem a partir do final da década de 1970 e principalmente ao longo da de 1980, naquilo que Ray (2000) denominou “movimento para longe da convergência”. São elas: (i) as novas teorias do crescimento endógeno e (ii) as novas teorias do comércio internacional. O denominador comum dessas linhas é o esforço para relaxar o pressuposto de retornos constantes de escala. Isso permitiria explicar melhor a pequena velocidade da convergência dos níveis de renda *per capita* entre os países, a criação de processos cumulativos a partir de correntes de comércio e o estabelecimento de externalidades a partir da coordenação dos agentes econômicos, respectivamente.

A primeira linha, a das teorias do crescimento endógeno, consiste essencialmente na inexistência de retornos marginais decrescentes do fator capital, conforme o modelo original de Solow. Em Romer (1986) esse papel é atribuído aos gastos com pesquisa e desenvolvimento. Em Lucas (1988) o investimento em capital humano é responsável por criar retornos crescentes. E em Grossman e Helpman (1991) as externalidades são criadas pelo investimento diretor externo. Essas adaptações dão origem à previsão de convergência condicional dos níveis de renda. Esses modelos sustentaram uma nova rodada de políticas horizontais de apoio ao investimento em educação, liberalização dos fluxos de capital e apoio à pesquisa e desenvolvimento no setor privado.

Contudo, como foi observado por Thirlwall (2005) e outros, os novos modelos de crescimento endógeno apenas criam soluções *ad hoc* a pressupostos neoclássicos flagrantemente falsos, em particular aqueles relacionados a crescimento populacional, tecnologia, poupança e preferências. Para o autor, esses novos modelos só oferecem uma tautologia: propõem que o

ritmo de crescimento dos países se aproximará quanto mais semelhantes forem os próprios países.

Cesaratto e Serrano (2002) também apresentam as condições altamente particulares e pouco plausíveis que são necessárias para a validade de modelos neoclássicos de crescimento endógeno.

A segunda linha apresenta inovações teóricas mais interessantes, assim como implicações mais profundas. Ela inclui as novas teorias do comércio internacional derivadas da contribuição original de Krugman (1979), que apresentou um modelo de comércio internacional com desenvolvimento desigual utilizando o modelo de concorrência imperfeita de Dixit-Stiglitz (1977). Segundo Krugman, seu modelo permite incorporar ao *mainstream* conceitos das teorias clássicas do desenvolvimento (que ele denomina “*high development theory*”), particularmente os retornos crescentes de escala. Em sua formulação original, países com maior estoque relativo de capital tendem a crescer mais, pois o investimento depende dos lucros retidos. O aumento na produção de manufaturas deprime o preço relativo das manufaturas até o ponto em que regiões com menor estoque relativo de capital sejam forçadas a se especializar.

Em Krugman (1991) o modelo de comércio é adaptado ao comércio regional em um mesmo país. Nesse caso, como apontam Ottaviano e Puga (1998), o modelo permite explicar como regiões iguais se diferenciam em aglomerações, o que só é possível por efeitos cumulativos. Assim, os conceitos originais de Myrdal (1957) e a importância dos encadeamentos setoriais para o desenvolvimento, propostos por Hirschman (1958), são resgatados.

Apesar do uso de conceitos e instrumentos que não são originais, ou há muito já eram centrais para a teoria do desenvolvimento, esse tipo de formalização criou espaço no *mainstream* para políticas econômicas específicas, cuidadosamente selecionadas, desde que não fossem permanentes (Ray, 2000).

Entretanto, apesar desses movimentos recentes, as recomendações de políticas dentro do *mainstream* ainda seguem a camisa de força dos modelos neoclássicos tradicionais, com pouco ou nenhum impacto sobre as propostas de política das instituições multilaterais. Ademais, apesar da inclusão de ideias que são inerentes à teoria econômica não ortodoxa, como os retornos crescentes de escala, tais modelos não rompem com o equilíbrio de pleno emprego no mercado de fatores nem com o funcionamento dos mecanismos que levam a essa posição. Assim, permanecem sujeitos às críticas que apresentaremos abaixo.

Na abordagem heterodoxa, para além das críticas à teoria do desenvolvimento da década de 1950, surgiram importantes programas de pesquisa. A principal contribuição teórica dessa abordagem é estender para o longo prazo o princípio da demanda efetiva. Para tanto, eles desenvolvem modelos de crescimento liderados pela demanda e nos quais a poupança se ajusta ao investimento por meio de variações no produto real. Três contribuições se destacam nessa linha de pesquisa. Os modelos kaldorianos, liderados pela exportação, os modelos kaleckianos, liderados pelo investimento, e os modelos de crescimento liderados pelo conjunto total dos gastos autônomos que não criam capacidade produtiva.

Nos modelos kaldorianos há grande ênfase nos rendimentos crescentes em função do tamanho do mercado e na primazia do setor industrial como motor do crescimento econômico. Nesse arcabouço, os retornos crescentes, estimados pela conexão entre o crescimento do produto e da produtividade industriais (coeficiente de Verdoorn), recuperam noções introduzidas por Alyn Young (1928), enfatizando a importância do tamanho e do crescimento do mercado para a taxa de crescimento da produtividade industrial. Kaldor estabelece a existência de retornos crescentes como norma em sistemas econômicos industrializados, atacando a visão neoclássica convencional. O arcabouço analítico proposto por Kaldor viria a servir de base, em duas linhas principais, para modelos pós-keynesianos de economias abertas. De um lado encontram-se os modelos de crescimento com restrição de divisas derivados da formulação de Dixon e Thirlwall (1975).³¹ Do outro lado estão os modelos de causalidade circular cumulativa baseados na Lei de Verdoorn e suas várias extensões contemporâneas.

Nos modelos kaleckianos, o dinamismo da economia decorre da expansão do investimento, que, por sua vez, depende basicamente de fatores de inovação tecnológica e de lucratividade, como em Kalecki, Marglin e Bahduri e Dutt.

Finalmente, os modelos de crescimento liderados pelos gastos que não geram capacidade produtiva conferem ênfase especial, como variáveis explicativas do crescimento no longo prazo, ao comportamento dos gastos públicos, do crédito do consumo de bens duráveis e da construção residencial, bem como das exportações (ver Garegnani e Palumbo, 1998, e Stirati, Cesaratto e Serrano, 2001).

Pelo lado crítico à ortodoxia marginalista, Felipe e McCombie (2005, 2006) demonstram a impossibilidade de testar empiricamente a função de produção agregada. Nessa visão, os testes comumente realizados não vali-

dam os pressupostos do modelo neoclássico, pois, na realidade, refletem a distribuição funcional da renda nas contas nacionais. Desse modo, a hipótese de retornos agregados constantes é sempre validada, a despeito da existência de retornos crescentes. Isso acontece porque, na prática, não é possível usar dados em quantidades físicas de capital e trabalho, tal como usados para as firmas individuais. Esses são substituídos por agregados medidos em valor, a despeito de todos os problemas teóricos implicados. Assim, todos os exercícios de *growth accounting* não são mais que estimações de uma identidade contábil e nada têm a dizer sobre a tecnologia da economia.

Os problemas teóricos associados à mensuração do capital em valor, que afetam a consistência da teoria marginalista do capital, seja em nível desagregado ou agregado, como no caso citado no parágrafo anterior, encontram-se consubstanciados na famosa controvérsia influenciada pelo trabalho original de Sraffa (1960).³²

Tais contribuições, tanto críticas como positivas, foram lembradas de forma sumária para ilustrar a vitalidade da reflexão crítica no campo do desenvolvimento econômico, de modo a fazer avançar a agenda intelectual herdada dos pioneiros da década de 1950.

Considerações finais

A trajetória da economia mundial desde o século XIX, ou da consolidação do sistema industrial moderno, é usualmente dividida em fases. Estas correspondem a períodos de arranjos institucionais internacionais específicos, tanto do ponto de vista comercial como financeiro; de estabelecimento de alguma hierarquia no tabuleiro geopolítico internacional; de predominância de uma ideologia que exerce grande influência sobre as políticas econômicas aplicadas à maioria dos países. É relativamente incontroversa a divisão adotada por Maddison (2001, p. 125), na qual se identificam os seguintes subperíodos históricos: a velha ordem liberal inglesa do século XIX (Maddison a situa entre 1870 e 1913, mas esses limites podem variar em outros autores), um período de transição e turbulência entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial; a “era de ouro” do capitalismo do após-guerra até a crise de 1973 e, finalmente, a recente ordem neoliberal. Quanto à última, Maddison fixa seu início em 1973, quando o padrão de câmbio fixo de Bretton Woods foi definitivamente abandonado; outros autores preferem datar seu início em 1980, após o choque dos juros de 1979 e a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margareth Thatcher na Inglaterra,

respectivamente. A década de 1970 seria, dessa forma, um curto período de transição.

Independentemente dessa discussão sobre limites temporais, deve-se destacar que a economia do desenvolvimento nasceu em um contexto internacional de aumento da intervenção estatal na economia, na tentativa explícita de estabelecer políticas ativas para acelerar o crescimento dos países mais atrasados, que, para tanto, passaram a ter um novo *status* teórico-analítico: o subdesenvolvimento. Essas teorias e as políticas que daí resultavam se caracterizavam por uma ruptura com a ortodoxia marginalista dominante, abandonando-se a hipótese de escassez de fatores de produção — mais especificamente, da mão de obra —, conferindo-se grande destaque à questão das externalidades e, conseqüentemente, à necessidade de intervenção estatal na economia.

Como apontado anteriormente, a reação ortodoxa à abordagem teórica e às práticas políticas desenvolvimentistas não demorou muito, tendo como centro irradiador instituições multilaterais como o Banco Mundial e o FMI. Mesmo no campo mais crítico e radical, as ideias desenvolvimentistas da década de 1950 também foram alvo de críticas intensas. Com a transição da “era de ouro” do capitalismo para a ordem neoliberal, as ideias e políticas desenvolvimentistas tradicionais perdem força política e acadêmica. Ganham terreno as novas teorias neoclássicas de crescimento e as políticas macro e microeconômicas ortodoxas.

Na entrada do século XXI, já decorrido 1/4 de século desse arranjo, começaram a ser feitas comparações de indicadores de desempenho econômico. Estas se revelaram não tão favoráveis à ordem que se firma a partir da década de 1980, o que certamente contribuiu para a renovação, no campo acadêmico, do interesse pelo tema do desenvolvimento em uma abordagem não ortodoxa. Mesmo no campo sociopolítico é perceptível um movimento de realinhamento, ao menos regional, desde a entrada do século XXI, cuja magnitude tende a se ampliar depois da crise internacional de 2008 e, principalmente, das políticas públicas adotadas para enfrentá-la.

Em tal conjuntura histórica e intelectual, o relançamento de um livro clássico, que só foi editado em língua portuguesa em 1970 e há muito está esgotado, permitirá que os economistas que agora estudam o desenvolvimento, como diz o ditado inglês, se levantem sobre os ombros de gigantes e, dessa posição privilegiada, incorporem tanto as críticas feitas contra eles quanto as inúmeras contribuições teóricas e empíricas surgidas no campo heterodoxo desde então.

Notas

1. Outra ausência importante entre os fundadores da teoria do desenvolvimento da década de 1950 é Albert Hirschman, mas isso se explica: seus artigos foram escritos após a primeira edição deste livro.
2. Mihail Manoilescu foi um economista romeno que escreveu uma série de artigos entre as décadas de 1920 e 1930 nos quais defendia teses que se tornariam caras ao pensamento desenvolvimentista no pós-guerra, como críticas à doutrina das vantagens comparativas e, conseqüentemente, a defesa de políticas protecionistas e do incentivo a políticas explícitas de industrialização. O trabalho de Manoilescu encontrou ressonância no movimento industrialista brasileiro, tendo sido publicada em 1931 uma tradução para o português, simultaneamente à tradução para o inglês, de seu livro *Théorie du Protectionism et de l'Échange International*. A respeito, ver Love (1998). Em 1945 Mandelbaun escreve *The Industrialization of Backward Areas*, antecipando diversos elementos centrais do que mais tarde se caracterizaria como modelo dual e defendendo a necessidade de industrialização dos países cuja estrutura socioeconômica se encaixasse nesse modelo.
3. A “falácia de Midas” é o erro de confundir acumulação de moeda (ouro) com riqueza produtiva de um país. No plano teórico, essa suposta proposição mercantilista foi criticada pelo mecanismo de equilíbrio do balanço de pagamentos de Hume, que, a partir da equação quantitativa, mostra que a acumulação de ouro resultaria, por meio da elevação dos preços internos, em uma perda de competitividade comercial, com o retorno automático de uma economia superavitária ou deficitária ao equilíbrio no comércio exterior (ver Gandolfo, 1987, p. 178-187).
4. Para um quadro esquemático dessa linhagem desenvolvimentista a partir dos mercantilistas, ver Reinert e Jomo K.S. (2005). Uma extensa literatura recente, de corte heterodoxo, busca recuperar aspectos desenvolvimentistas e industrialistas na obra dos mercantilistas, contrapondo-se às leituras convencionais. Para referências a essa literatura, ver: Reinert e Reinert (2005), Reinert e Daastøl (2004), Reinert e Reinert (2003).
5. Ver Aspromourgos (1995) p. 2 e Bharadwaj (1889).
6. Meier também participa da presente coletânea, na qual usa argumento semelhante. Em vez de limitarem sua atenção ao conceito de “escassez” e ao “ajuste” da eficiência alocativa dentro de determinada estrutura produtiva, os economistas clássicos concederam grande atenção ao problema da “ampliação” da economia.
7. Há que se ter certo cuidado com a questão da relação entre comércio exterior e o chamado período de ouro do liberalismo inglês. Se, por um lado, é verdade que nessa fase histórica houve um rápido aumento dos fluxos do comércio exterior, com a inclusão dinâmica de várias áreas do planeta, por outro também se deve observar que tal comércio nunca se fez sob a égide de um verdadeiro livre comércio. Sempre houve barreiras tarifárias, muitas vezes bastante pesadas, em vários países (ver nota 10).
8. Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se tornaram, na prática, uma economia “planejada”, com metas quantitativas de produção, controles de preços e agências de fomento e planejamento para setores específicos da economia, como construção naval e alimentos. Boa parte do aparato estatal intervencionista era herdeiro das agências criadas pelas políticas do New Deal. Além disso, com a guerra se expandiu substancialmente a base de incidência do imposto de renda e se reforçou a estrutura sindical, com expressivo aumento dos trabalhadores sindicalizados. O período de 1940 a 1944 foi também, por larga margem, o quinquênio de maior crescimento na história da economia americana desde 1790 (Johnston e Williamson, 2008), com uma taxa média de 13,7%. Para um breve resumo dessa experiência de desenvolvimento planejado, ver Tassava (2008).
9. Lewis (1978), por exemplo, é explícito em relação a esse ponto: “Quando a *Teoria geral* de Keynes apareceu, pensou-se inicialmente que seria o livro que esclareceria os problemas dos países com excedente de mão de obra. No entanto, as reflexões posteriores revelaram que o

- livro de Keynes não só supunha oferta ilimitada de trabalho, mas também, e mais fundamentalmente, oferta ilimitada de capital e de terra. Isto era mais importante tanto a curto prazo, no sentido de que, superada a restrição monetária, o limite real à expansão não está nos recursos físicos, mas na oferta limitada de trabalho, quanto no longo prazo, no sentido de que a expansão secular se vê interrompida não pela escassez, mas por uma poupança tornada cada vez mais supérflua. [...] Por isso, o keynesianismo, do ponto de vista dos países que contam com excedentes de trabalho, é apenas uma nota de rodapé do neoclassicismo, embora se trate de uma longa nota, importante e mesmo fascinante.”
10. Milanovic (2005) define o conceito 1 como a medida de concentração de renda simples entre os países e o conceito 2 como uma medida de concentração ponderada pela população dos diferentes países. Para o período anterior à Primeira Guerra Mundial, a desigualdade medida pelos índices de Gini e de Thiel no conceito 2 são praticamente as mesmas obtidas no conceito 1. Há uma mudança mais sensível entre os resultados dos dois modelos para o período posterior à Primeira Guerra e, principalmente, durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse caso, os índices de concentração no conceito 2 aumentam dramaticamente, já que “a pobre e populosa China continua seu declínio econômico, enquanto o país mais rico (e relativamente populoso), os Estados Unidos, se afasta à frente do resto do mundo” (Milanovic, 2005, p. 141). Para um quadro sinóptico da desigualdade mundial em perspectiva histórica, ver Milanovic (2005), tabela 11.1, p. 142.
 11. Há uma certa ironia nisso, já que o país que mais cresceu, passando a ser o líder primeiro econômico e depois político do mundo, foram exatamente os Estados Unidos, o mais protecionista de todos. A Inglaterra, que teve um surto livre-cambista, perdeu importância econômica desde então. Assim, não se pode acusar o livre-cambismo de ser o responsável pela divergência no século XIX porque parte dessa tendência é explicada pelo comportamento dos Estados Unidos, que, ironicamente, nunca o adotaram (ver Chang, 2003). Para uma revisão crítica do mito do livre-cambismo no século XIX, ver Bairoch (1993).
 12. O fato de essa referência ter sido feita no artigo de Lewis é particularmente relevante por causa da importância deste na literatura do desenvolvimento. O autor recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1979.
 13. Para uma apresentação simplificada do funcionamento do mecanismo neoclássico em um modelo de crescimento de Solow, ver Cesarrato e Serrano (2002).
 14. Ainda em relação ao surgimento de novo instrumental analítico, Furtado destaca a construção de matrizes insumo-produto e os modelos de crescimento de Harrod e Domar.
 15. Usamos a expressão tradicional, pois aqui não há referência à natureza teórica neoclássica e sim o resultado das vantagens comparativas no comércio exterior que levariam os países a alcançar a convergência por meio do livre comércio, o que, se por um lado é um resultado neoclássico, por outro não pertence ao conjunto da tradição clássica.
 16. Esse ponto é tão pouco consensual que Rostow sugere, por exemplo, o abandono do termo “áreas subdesenvolvidas” e sua substituição pelas quatro distinções entre economias: tradicional, anterior à decolagem, em plena decolagem e em crescimento.
 17. Na sua discussão, Viner relaciona o subdesenvolvimento com a existência de miséria, em uma crítica precoce ao *trickle down* e quase antecipatória da discussão que viria a ter grande importância mais tarde dentro do próprio campo heterodoxo, como mencionamos adiante nesta Introdução.
 18. Ver Figueiroa (2004) para uma crítica ao que o próprio Lewis considerava uma incompreensão do seu modelo, ao reduzir seu conceito de mercado dual ao binômio agricultura *versus* indústria.
 19. Singer, em sua contribuição a esta coletânea, propõe alguns valores para essa relação “desequilibrada”: “O ‘esquema modelo’ supõe que 70% da população esteja no setor agrícola; que

- a participação da agricultura na renda ‘nacional’ total seja de 40%; que a relação da renda agrícola *per capita* comparada com a renda média *per capita* seja de 57%.”
20. James S. Duesenberry, *Income, Saving and the Theory of Consumer Behavior*, Harvard University Press, 1949.
 21. Myint segue a mesma linha de argumento desenvolvida por Nurkse, acrescentando que a preocupação “mais recente” de emulação de padrões de consumo de Duesenberry já teria sido desenvolvida inicialmente por Veblen. Para Myint, o “desajuste entre as necessidades e a capacidade de poupança [pode] ocorrer mesmo quando as rendas *per capita* estejam em elevação. Com efeito, pode-se criar maior descontentamento quando as rendas crescem o suficiente para que os consumidores introduzam novos produtos em seus orçamentos [...] [Assim,] ter-se-ia que levar em conta os motivos do ‘consumo conspícuo’ e das deseconomias externas do consumo de grupos de renda mais elevada.” Wallich segue a mesma linha de argumentos ao afirmar: “A demanda de bens de consumo modernos tende, quase certamente, a reduzir a oferta de poupança. O efeito demonstração é hostil à poupança.”
 22. Rostow também sublinha que o excedente não consumido pelo “consumo da massa” não deve ficar nas “mãos daqueles que o esterilizariam, entesourando-o, em consumo de luxo ou investimento de baixa produtividade”. Entretanto, consistentemente, esse autor estava preocupado com a questão do *take off*, ou seja, que essa alocação do excedente fosse incompatível com as necessidades estruturais do *take off*. Rostow também toca no ponto que é tratado explicitamente por Myint e é apresentado nos parágrafos seguintes, da diferença entre poupança e financiamento.
 23. Particularmente no debate sobre desenvolvimento no Brasil, essa ruptura tornou-se explícita nos autores ligados à Unicamp, com destaque para a obra pioneira de Maria da Conceição Tavares (ver Tavares, 1972 e 1974). A partir do momento em que a ideia de escassez de poupança é abandonada por essa autora (seja em sua versão clássica, seja na versão de poupança forçada, muito comum nos autores estruturalistas brasileiros), o foco da problemática do desenvolvimento passa a ser a capacidade da economia de criar *funding* para o investimento privado, ou seja, fundos financeiros em volume e prazos adequados ao investimento, cuja maturação é mais longa.
 24. Um processo inflacionário crônico poderia causar distorções no sistema de preços, influenciando assim sobre as decisões de investimento do setor privado. Mais especificamente, poderia estimular mecanismos defensivos especulativos, principalmente no ramo imobiliário de luxo, desviando recursos escassos para uma atividade com baixo impacto em termos de criação de capacidade produtiva e tecnológica dos países subdesenvolvidos.
 25. Aqui é preciso lembrar, mais uma vez, que, mesmo se aceitando o princípio da demanda efetiva e o mecanismo do multiplicador, ainda assim é possível que, graças à existência de um investimento autônomo persistentemente elevado, se crie um processo de poupança forçada, ou seja, que a mudança de distribuição de renda por causa da inflação gere o crescimento de uma poupança potencial de plena capacidade. Kaldor formula a hipótese da poupança forçada na teoria de Cambridge.
 26. Ver Bastos (2001) para um breve resumo da chamada inflação estrutural cepalina.
 27. Esse é o argumento das elasticidades usado por Prebisch (1949) para defender os processos de industrialização nos países periféricos primário-exportadores. A ideia central decorre da observação de que a elasticidade-renda dos produtos primários é inferior à dos produtos industrializados. Assim, caso os países centrais (produtores de produtos industriais) e periféricos (produtores de matérias-primas) cresçam às mesmas taxas, com propensões a importar constantes, haveria uma tendência ao desequilíbrio externo nos países da periferia, já que suas exportações cresceriam menos que a demanda por importações. É o oposto do processo de *catch up*, no qual os países subdesenvolvidos e com rendas *per capita* mais baixas precisam

- crescer a taxas maiores que os países centrais para diminuir o *gap* que os separa. Dessa constatação decorre diretamente tanto a necessidade de industrialização como a redução do coeficiente de importações que permita um crescimento acelerado mediante uma oferta limitada de divisas internacionais.
28. A formulação original do modelo de dois hiatos está em Chenery e Bruno (1962) e Chenery e Strout (1966). Para uma leitura crítica, ver Serrano e Wilcox (2000).
 29. Para uma crítica, ver Cárdenas, Ocampo e Thorp (2000, p. 2-3) e Tavares (1974, p. 101-114).
 30. Vale destacar também que, como parte da reação marginalista no campo do desenvolvimento econômico, está também a chamada Nova Economia Institucional cuja origem remonta ao trabalho pioneiro de Coase (1937) e tem como principais formuladores nomes como Douglas North. Nessa abordagem, a explicação para um maior ou menor desenvolvimento estaria na existência de instituições mais ou menos favoráveis ao processo de desenvolvimento. Mais importante, esses arranjos institucionais seriam explicados pelo comportamento de agentes racionais individuais sujeitos a informações assimétricas, custos de transação e racionalidade limitada. O leitor desta coletânea poderá verificar que os autores do desenvolvimento já dedicavam uma enorme parte de sua pesquisa a questões relativas à natureza das instituições, embora sua gênese não estivesse contemplada dentro do aparato analítico neoclássico.
 31. Uma coletânea exaustiva até o ano da publicação pode ser encontrada em McCombie e Thirlwall (2004).
 32. Para um resumo dessa controvérsia, ver Kurz (1990) e Harcourt (1972).

Referências bibliográficas

- ASPROMOURGOS, T. (1995) *On the Origins of Classical Economics Distribution and Value from William Petty to Adam Smith*. Londres: Routledge.
- BAIROCH, P. (1993) *Economics and World History: Myths and Paradoxes*. Chicago: University of Chicago Press.
- BHARADWAJ, K. (1989) *Themes in Value and Distribution: Classical Theory Reappraised. Classical Theory Reappraised*. Londres: Unwin-Hyman.
- CÁRDENAS, E.; OCAMPO, J. A.; THORP, R. (2000) *Industrialisation and the State in Latin America: the Post War Years. An Economic History of Twentieth Century Latin America*, v. 3. Nova York: Palgrave Press/Martins.
- CESARATTO, S.; SERRANO, F. (2002) As leis de rendimento nas teorias neoclássicas do crescimento: uma crítica sraffiana. *Ensaíos FEE*, v. 23, n. 2.
- CHANDRA, (2002) The Soviet Impact on Economic Development in Non-Socialist Countries, 1947-1991. *Russian History*, v. 29, partes 2/4, p. 459-480.
- CHANG, H.-J. (2003) *Chutando a escada*. São Paulo: Editora Unesp.
- CHENERY, H.; BRUNO, M. (1962) Development alternatives in an open economy: the case of Israel. *Economic Journal*, março.
- ; STROUT, A. (1966) Foreign assistance and economic development. *American Economic Review*, v. LVI, setembro.
- COASE, R. (1937) The Nature of the Firm. *Economica*, nov. 4(16), p. 386-405.
- DIXIT, A. K.; STIGLITZ, J. E. (1977) Monopolistic Competition and Optimum Product Diversity. *The American Economic Review*, 67(3), p. 297-308.
- DIXON, R.; THIRLWALL, A. P. (1975) A Model of Regional Growth-Rate Differences on Kaldorian Lines. *Oxford Economic Papers*, 27(2), p. 201-214.
- FELIPE, J.; MCCOMBIE, J. S. L. (2005) How Sound are the Foundations of the Aggregate Production Function? *Eastern Economic Journal*, 31(3), p. 467.
- ; —— (2006) The Tyranny of the Identity: Growth Accounting Revisited. *International Review of Applied Economics*, 20(3), p. 283-299.

- FIGUEROA, M. (2004) Labour Market Dualism in The Model of Lewis: Reply. *The Manchester School*, v. 72, n. 6, p. 355-359.
- FURTADO, C. (1962) *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto/CICEF, 2009.
- GANDOLFO, G. (1987) *International Economics II, International Monetary Theory and Open-Economy Macroeconomics*. Berlim: Spriger-Verlag.
- GAREGNANI, P.; PALUMBO, A. (1998) Accumulation of Capital. In: KURZ, H. D.; SALVADORI, N. (orgs.). *The Elgar Companion to Classical Economics*. Aldershot: Edward Elgar.
- GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. (1991) *Innovation and Growth in the Global Economy*. Cambridge: The MIT Press.
- HARCOURT, G. (1972) *Some Cambridge Controversies in the Theory of Capital*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HIRSCHMAN, A. O. (1958) *The Strategy of Development*. New Haven: Yale University Press.
- JOHNSTON, Louis D.; WILLIAMSON, Samuel H. (2008) What Was the U.S. GDP Then? *Measuring Worth*. URL: <http://www.measuringworth.org/usgdp/>
- KALDOR, N. (1956) Alternative theories of distribution. *Review of Economic Studies*, XXIII, n. 2.
- KRUGMAN, P. (1979) A Model of Innovation, Technology Transfer, and the World Distribution of Income. *The Journal of Political Economy*, 87(2), p. 253.
- . (1991) Increasing Returns and Economic Geography. *The Journal of Political Economy*, 99(3), p. 483-499.
- KRUGMAN, P. R. (1991) *Geography and Trade*. Cambridge: The MIT Press.
- KURZ, H. (1990) Debates in Capital Theory. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (orgs.). *The New Palgrave – Capital Theory*. Nova York/Londres: Norton.
- LEWIS, W. A. (1978) *The Evolution of International Economic Order*. Nova Jersey: Princeton University Press.
- LOVE, J. L. (1998) *A construção do Terceiro Mundo: Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LUCAS, R. E. (1988) On the Mechanisms of Economic Development. *Journal of Monetary Economics*, 22(1), p. 3-42.
- MANDELBAUM, K. (1945) *The Industrialization of Backward Areas*. Oxford: Basil Blackwell.
- MADDISON, A. (2001) *The World Economy. A Millennial Perspective*. Paris: OECD Development Centre Studies.
- MAGNUSSON, L. (org.). Introduction. In: MAGNUSSON, L. *Mercantilist Economy*. Nova York: Springer.
- MCCOMBIE, J. S. L.; PUGNO, M.; SORO, B. (2002) *Productivity Growth and Economic Performance: Essays on Verdoorn's Law*. Londres: Palgrave Macmillan.
- MCCOMBIE, J. S. L.; THIRLWALL, A. P. (2004) *Essays on Balance of Payments Constrained Growth: Theory and Evidence*. Londres: Routledge.
- MILANOVIC, B. (2005) *Worlds Apart: Measuring International and Global Inequality*. Nova Jersey: Princeton University Press.
- MYRDAL, G. (1957) *Economic Theory and Underdeveloped Regions*. Londres: G. Duckworth & Co.
- OMAN, C. P.; WIGNARAJA, G. (1991) *The Postwar Evolution of Development Thinking*. Londres: MacMillan Press.
- OTTAVIANO, G. I. P.; PUGA, D. (1998) "Agglomeration in the Global Economy: A Survey of the New Economic Geography". *The World Economy*, 21(6), p. 707-731.
- PREBISCH, R. (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos do pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, v. 1.
- RAY, D. (2000) What's New in Development Economics? *The American Economist*, 44, p. 3-16.

- REINERT; DAASTØL (2004) The Other Canon: The History of Renaissance Economics. In: REINERT, Erik S. (org.). *Globalization, Economic Development and Inequality: An Alternative Perspective*. Cheltenham: Edward Elgar.
- REINERT, Erik S.; REINERT, Sophus A. (2003) *An Early National Innovation System: The Case of Antonio Serra's 1613 Breve Trattato*. Institutions and Economic Development/Istituzioni e Sviluppo Economico, 1, p. 3.
- ; ———. (2005) Mercantilism and Economic Development: Schumpeterian Dynamics, Institution Building and International Benchmarking. In: JOMO, K. S.; REINERT, Erik S. (orgs.) *Origins of Economic Development*. Londres: Zed Publications; Nova Delhi: Tulika Books, p. 1-23.
- ROMER, P. M. (1986) Increasing Returns and Long-Run Growth. *The Journal of Political Economy*, 94(5), p. 1.002-1.037.
- SERRANO, F.; WILLCOX, D. (2000) O modelo de dois hiatos e o supermultiplicador. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 4 (2), IE-UFRJ.
- SINGER, H. W. (1950) The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries. *American Economic Review*, 40, maio.
- SOLOW, R. M. (1956) A Contribution to the Theory of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70(1), p. 65-94.
- SRAFFA, P. (1960) *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção Os Economistas.
- STIRATI, A.; CESARATTO, S.; SERRANO, F. (2001) Is Technical Change the Cause of Unemployment? In: BELLOFIORE, R. (ed.). *Global Money, Capital Restructuring and the Changing Patterns of Labour*. Cheltenham: Edward Elgar.
- TASSAVA, C. (2008) The American Economy during World War II. *E. H. Net Encyclopedia*, editada por Robert Whaples, fevereiro. <http://eh.net/encyclopedia/article/tassava.WWII>.
- TAVARES, M. C. (1972) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- . (1974) *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1985.
- . (1978) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- THIRLWALL, A. P. (2005) *A natureza do crescimento econômico*. Brasília: Ipea.
- . (1979) The Balance of Payments Constraint as an Explanation of International Growth Rate Differences. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, 128(1), p. 45-53.
- VINER, J. (1953) *International Trade and Economic Development*. Oxford: Clarendon Press.
- YOUNG, A. (1928) Increasing Returns and Economic Progress. *The Economic Journal*, 38(152), p. 527-542.